

AGAMBEN, Giorgio. **O sacramento da linguagem. Arqueologia do juramento (Homo sacer II, 3)**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. 91p.

Sérgio Murilo Rodrigues*

Giorgio Agamben, filósofo italiano, nascido em Roma em 1942, em entrevista a Flávia Costa (2006) diz o seguinte:

Quando comecei a trabalhar em *Homo Sacer*, soube que estava abrindo um canteiro que implicaria anos de escavações e de pesquisa, algo que não poderia jamais ser levado a termo e que, em todo caso, não poderia ser esgotado certamente em um só livro. Daí que o algarismo I no frontispício de *Homo Sacer* é importante. Depois da publicação do livro, freqüentemente me acusam de oferecer ali conclusões pessimistas, quando na realidade deveria ter ficado claro desde o princípio que se tratava somente de um primeiro volume, no qual expunha uma série de premissas e não de conclusões. Talvez tenha chegado o momento de explicitar o plano da obra, ao menos tal como ele se apresenta agora em minha mente. Ao primeiro volume (*O poder soberano e a vida nua*, publicado em 1995), seguirá um segundo, que terá a forma de uma série de investigações genealógicas sobre os paradigmas (teológicos, jurídicos e biopolíticos) que têm exercido uma influência determinante sobre o desenvolvimento e a ordem política global das sociedades ocidentais. O livro *Estado de exceção* (publicado em 2003) não é senão a primeira dessas investigações, uma arqueologia do direito que, por evidentes razões de atualidade e de urgência, pareceu-me que devia antecipar em um volume à parte. Porém, inclusive aqui, o algarismo II, indicando a seqüência da série, e o algarismo I no frontispício indicam que se trata unicamente da primeira parte de um livro maior, que compreenderá um tipo de arqueologia da biopolítica sob a forma de diversos estudos sobre a guerra civil, a origem teológica da oikonomia, o juramento e o conceito de vida (zoé) que estavam já nos fundamentos de *Homo sacer* I. O terceiro volume, que contém uma teoria do sujeito ético como testemunha, apareceu no ano de 1998 com o título *Ciò Che resta di Auschwitz. L'Archivio e Il testimone*. No entanto, talvez será somente com o quarto volume que a investigação completa aparecerá sob sua luz própria. Trata-se de um projeto para o qual não só é extremamente difícil individualizar um âmbito de investigação adequado, senão que tenho a impressão de que a cada passo o terreno desaparece debaixo dos meus pés. Posso dizer unicamente que no centro desse quarto livro estarão os conceitos de forma-de-vida e de uso, e que o que está posto em jogo ali é a tentativa de capturar a outra face da vida nua, uma possível transformação da biopolítica em uma nova política.

É dentro desse projeto que devemos compreender o livro de 2008, *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento (Homo sacer II, 3)* lançado no Brasil em 2011 pela

*Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende Costa.
E-mail: sergio10@pucminas.br

Editora UFMG com a tradução de Selvino José Assmann. Trata-se de um texto curto (91 p) de leitura agradável, mas extremamente denso, por fazer inúmeras referências a outros autores e outras áreas de conhecimento. Muitas vezes o excesso de erudição de Agamben dificulta seguir o seu raciocínio. Parece que ele está mudando de assunto, saindo da filosofia para ir para o direito, para a filologia, para a antropologia cultural, para a religião, para a ciência política. No final, com algum esforço, compreendemos que este transitar por diversas áreas está focado em uma única direção: a tese do livro. Certamente que quem não conhecer o primeiro livro da série *Homo sacer* terá mais dificuldades de seguir a argumentação de Agamben. Também fará falta um conhecimento prévio de Foucault e sua metodologia arqueológica, bem como conhecimentos de Filosofia da linguagem na linha pragmática (Wittgenstein, Austin, Searle e Habermas).

O livro trata do juramento como algo mais que uma instituição política ou regra moral, mas como aquilo que torna possível o sacramento da linguagem. A tese de Agamben é ousada: sem o juramento não haveria linguagem tal como a conhecemos. A linguagem surgiu primordialmente como um sistema comunicativo (expressão de sentimentos, coordenação de ações conjuntas) e não como um sistema epistêmico (descrições, leis naturais, teorias). Enquanto epistêmica, a linguagem garantiria a sua confiabilidade através do sucesso do resultado obtido. É muito simples, uma teoria de navegação será confiável se ela funcionar. O mesmo não acontece com o uso comunicativo. O sucesso de uma comunicação não garante a confiabilidade ou veracidade de quem fala (confiabilidade no sentido de que a pessoa pretende agir conforme as suas palavras). As pessoas combinam entre si uma ação (uma caçada, por exemplo). A comunicação foi bem sucedida, mas não há como garantir a intenção dos participantes, mesmo que eles tenham concordado comunicativamente com certas regras. Enganar e mentir são jogos-de-linguagem que também fazem parte da comunicação bem-sucedida. Laio mandou matar o filho recém-nascido, no entanto o criado não o matou e com certeza não disse isso a Laio, que morreu acreditando no criado e sem saber que seu filho estava vivo. Ao falarmos de intenção e confiança parece que o problema está nas pessoas, mas não: o problema está na linguagem. É ela que permite que eu diga “estou com frio”, mesmo não sentindo frio algum. No entanto, essa característica estrutural da linguagem (a possibilidade da inveracidade) pode colocar em risco todo o funcionamento da linguagem. O motivo é simples: não há

comunicação se não houver confiança entre os falantes. Se as pessoas não fazem aquilo que falam não há motivo algum para continuar uma comunicação com elas. A veracidade ou confiabilidade é fundamental para a função comunicativa da linguagem. Aqui entra o juramento. Ele possui um papel fundamental na garantia da veracidade da linguagem. O juramento sacraliza a linguagem, na medida em que utiliza Deus ou os deuses para garantirem a fidelidade (veracidade fundada na fé) das palavras com as ações. Ao jurar, o locutor garante que sua ação será conforme a sua fala.

Agamben começa o livro comentando o livro de Paolo Prodi, lançado em 1992, chamado de *Il sacramento del potere* (O sacramento do poder), que fala da importância decisiva do juramento na história política do Ocidente (p.9), no entanto, Prodi fica devendo em um ponto essencial: uma (...) síntese que dê conta da complexidade do juramento, da sua origem e da sua relevância global (p.10). Isto porque, o juramento faz fronteiras com diversos campos do saber: a política, o direito, a religião, a linguagem e a moral. Agamben propõe não tanto investigar a origem, mas sim fazer uma arqueologia filosófica do juramento (p.10). Trata-se de perguntar: o que é o juramento? O que nele está implicado, se ele define e põe em questão o próprio homem como animal político? Se o juramento é o sacramento do poder político, o que, na sua estrutura e na sua história, tornou possível que ele fosse investido de semelhante função? Que plano antropológico, em todo sentido decisivo, nele está implicado, para que o homem todo, na vida e na morte, pudesse, nele e por ele, ser colocado em questão? (p.10).

Agamben propõe fazer uma arqueologia do juramento, ou seja, buscar o seu elemento mais arcaico, mais primitivo. Esse elemento teria a ver com a própria natureza dos homens enquanto “animais falantes” (p.15). O juramento possui a característica pragmática de não ter relação direta com o enunciado como tal, mas com a garantia da sua eficácia (p.12, grifo meu). Eficácia entendida como concordância das ações com as palavras. Desta forma, a preocupação do juramento não era corrigir uma inconfiabilidade estrutural entre os homens, mas corrigir uma inconfiabilidade estrutural da linguagem. (...) a hipótese consiste em que a enigmática instituição, ao mesmo tempo jurídica e religiosa, que designamos com o termo “juramento”, se tornará inteligível unicamente se a situarmos numa perspectiva na qual ela põe em questão a própria natureza do homem como ser falante e como animal político (p.19). O elemento mais primitivo do juramento está

relacionado com a própria possibilidade de existência da fala e, conseqüentemente, da política. A política só é possível porque o homem é capaz de fala argumentativa. As ações políticas se consolidam (se legitimam) através da palavra. Ao dizer “eu juro”, as palavras do locutor passam a ter um valor jurídico/religioso de verdade.

“Jurar” significa garantir que as palavras irão se tornar fatos. Ora, Deus se caracteriza por tornar real (fato) tudo o que fala. O discurso argumentativo (logos) de Deus é o juramento, pois tudo o que Ele fala se realiza: (...) o juramento dos homens é, então, a tentativa de adequar a linguagem humana a este modelo divino (p.29-30). Não é difícil perceber porque o “juramento” torna-se um instituto religioso e jurídico. Jurar é ter fé de que aquilo que foi dito vai acontecer. Assim, podemos dizer que o juramento, mais do que uma forma de sacramento, é aquele que causa o sacramento. “Denomina-se sacramentum (um dos dois termos latinos para juramento) (...) aquilo que se realiza com a ajuda da consagração do juramento (p.38).

Deus não é simplesmente uma testemunha do juramento, mas, de certa forma, é o próprio juramento. Ele é o próprio evento de linguagem no qual palavras e coisas se conectam indissolúvelmente (p.56). Compreender o objeto da fé significa compreender uma experiência de linguagem em que, assim como no juramento o que se diz é necessariamente verdadeiro e existe (p.62-1).

Aqui chegamos à *tese central* do livro de Agamben: *Falar é, antes de mais nada, jurar, crer no nome* (p.64). Religião e direito não preexistem à experiência performativa da linguagem que está em jogo no juramento; no entanto, eles é que foram inventados a fim de garantir a verdade e a confiabilidade do logos através de uma série de dispositivos, entre os quais a tecnicização do juramento em um “sacramentum” específico – o “sacramento do poder” – ocupa um lugar central (p.69). Somente com o poder sacralizante do juramento, a linguagem (enquanto estrutura) consegue utilizar a religião e o direito como instâncias avalizadoras dos seus próprios procedimentos lingüísticos. Aqui, o poder tem um papel de destaque. Pois, fundamentalmente o poder age sobre nosso corpo através das palavras. Somos seres que para existir precisamos falar eu, assumir as palavras como parte de nós. Assim, a experiência performativa da palavra constitui-se e separa-se em um “sacramento da linguagem”, e este, em um “sacramento do poder”. A “força da lei” que rege as sociedades humanas, a idéia de enunciados lingüísticos que impõem estavelmente

obrigações aos seres vivos, que podem ser observadas ou transgredidas, derivam dessa tentativa de fixar a originária força performativa da experiência antropogenética, sendo, nesse sentido, um epifenômeno do juramento e da maldição que a acompanhava (p.81). Não resta dúvida que a violência física é utilizada com frequência pelo poder, mas seria impossível a manutenção da ordem de grandes agrupamentos humanos utilizando-se única e exclusivamente a violência. Assim, o sacramento da linguagem, através do juramento e de suas instâncias auxiliares (religião e direito) estabelece o sacramento do poder.

Agamben conclui que:

1. (...) a esfera mágico-religiosa não preexiste logicamente ao juramento, mas é o juramento, na qualidade de experiência performativa originária da palavra, que pode explicar a religião (e o direito, que está estreitamente vinculado a ela) (p.76).

2. O juramento pode servir como sacramento do poder na medida em que é, antes de mais nada, o sacramento da linguagem (p.77).

3. (...) o homem não se limitou a adquirir a linguagem como uma capacidade entre outras de que é dotado, mas fez dela a sua potência específica, ou seja, na linguagem ele pôs em jogo a sua própria natureza (p.79).

4. (...) assim também o juramento expressa a exigência, em todos os sentidos decisiva para o animal falante, de pôr em jogo na linguagem a sua natureza e de vincular entre si, ao mesmo tempo, em um nexó ético e político, as palavras, as coisas e as ações (p.80).

REFERÊNCIA

COSTA, Flávia. Entrevista com Giorgio Agamben. Revista Departamento de Psicologia, UFF. 2006, vol.18, n.1, pp. 131-136.
www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011&lng=en&nrm=iso.